

IX ENCONTRO DA ABCP

Área Temática: “Comunicação Política e Opinião Pública”

MÍDIA E ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS NO BRASIL HOJE: POR QUE NÃO SE FAZEM MAIS PRESIDENTES COMO ANTES?

Fernando Lattman-Weltman

Escola de Ciências Sociais (Cpdoc)/Fundação Getulio Vargas, RJ

Brasília, DF
04 a 07 de agosto de 2014

**MÍDIA E ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS NO BRASIL HOJE:
POR QUE NÃO SE FAZEM MAIS PRESIDENTES COMO ANTES?**

Fernando Lattman-Weltman

Escola de Ciências Sociais (Cpdoc)/Fundação Getúlio Vargas, RJ

Resumo do trabalho:

Há vinte anos eu e muitos colegas apostávamos que a imprensa podia fazer e desfazer presidentes. Naquele momento, tínhamos acabado de acompanhar e estudar a ascensão e queda fulminantes de Fernando Collor de Mello. Hoje creio que tais prerrogativas se encontram em cheque. O que mudou? É o que procuraremos mostrar aqui, reavaliando nossos argumentos e pressupostos de vinte anos atrás, e justificando porque embora sigamos confiando no diagnóstico que fizemos outrora sobre o destino de Collor, passamos a compreender todo o processo de outra forma e com outros pressupostos e consequências. Nesse sentido, apresentaremos aqui nossa teoria geral de influência política midiática na democracia, e em seguida passaremos a breve análise das conjunturas eleitorais presidenciais do último quarto de século democrático: de 1989 a 2010. O objetivo será mostrar como a bem sucedida institucionalização política brasileira contemporânea reduziu drasticamente a influência eleitoral dos nossos principais meios de comunicação.

Palavras-chave: Eleições Presidenciais; Mídia; Teoria; Brasil, pós-1988;

Mídia e eleições presidenciais no Brasil hoje: por que não se fazem mais presidentes como antes?¹

Fernando Lattman-Weltman

Há vinte anos eu e meus colegas, José Alan Dias Carneiro e o saudoso Plínio de Abreu Ramos, apostávamos que a imprensa podia fazer e desfazer presidentes.² Naquele momento, tínhamos acabado de acompanhar e estudar a ascensão e queda fulminantes de Fernando Collor de Mello, primeiro presidente eleito no Brasil após a redemocratização, em 1989, e deposto constitucionalmente, em 1992, em sequência a um terrível escândalo de corrupção que mobilizara todo o país.

Hoje creio que tais prerrogativas da imprensa e da mídia se encontram em cheque. E, pelo menos, não parece que as possam recuperar sem grandes alterações no nosso atual sistema político.

De fato, não parece ser muito difícil, ou original, afirmar tal diagnóstico, depois de assistir um novo escândalo de proporções épicas - o chamado "mensalão", de 2005 - causar um terremoto em nossa vida política, sem conseguir, no entanto, abalar definitivamente o mandato do então governante, o presidente Luís Inácio Lula da Silva, nem, muito menos impedir sua reeleição, no ano seguinte, nem a de sua sucessora, Dilma Rousseff, em 2010. E mesmo quando quase todos os principais veículos de comunicação brasileiros se dedicam à máxima exploração do dito escândalo e se voltam claramente contrários à permanência de ambos, Lula e Dilma - mas acima de tudo, de seu partido, o dos Trabalhadores, PT - no poder.

Ora, o que mudou? Por que se há cerca de duas décadas afirmávamos confiantemente que a imprensa e a mídia eram capazes de fazer e desfazer presidentes - e certamente não estávamos sozinhos - porque agora não podemos mais fazê-lo?

É o que procuraremos mostrar aqui.

Primeiro, reavaliando nossos argumentos e pressupostos de vinte anos atrás. Depois, justificando o porquê de nossa mudança de enfoque metodológico, e porque embora sigamos confiando no diagnóstico que fizemos outrora sobre o destino de Collor, passamos a compreender todo o processo de outra forma e com outros pressupostos e consequências. Principalmente no que diz respeito a nossas instituições políticas e ao modo como o sistema político brasileiro evoluiu nas últimas duas décadas.

¹ - Versão preliminar. Favor não citar.

² - Lattman-Weltman, F., Carneiro, J.A.D. & Ramos, P.A., *A imprensa faz e desfaz um presidente*, Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1994.

Nesse sentido, apresentaremos aqui os resultados da aplicação de nossa teoria geral de influência política midiática na democracia: de acordo com ela, variáveis independentes institucionais e conjunturais políticas – a estabilização do regime e os graus de despolarização partidária – atuam sobre as variáveis dependentes, porém intervenientes, da fixação e intensidade das preferências, e da margem de risco implicada em decisões do eleitor, que, por sua vez, definem a utilidade relativa da informação política e, finalmente, o grau de influência da mídia.

Em seguida, com base nas ferramentas teóricas e metodológicas desenvolvidas, passaremos a breve análise das conjunturas eleitorais presidenciais do último quarto de século democrático: 1989, 1994, 1998, 2002, 2006 e 2010.

O objetivo será mostrar como a bem sucedida institucionalização política brasileira contemporânea reduziu drasticamente a influência eleitoral dos nossos principais meios de comunicação, mesmo diante do recente recrudescimento relativo da polarização política de nossa agenda atual. De modos que, inclusive, *ceteris paribus*, qualquer prognóstico acerca das eleições de 2014 terá de ser feito levando em conta essas variáveis.

E, finalmente, de como isso me parece, normativamente, digno de comemoração. Pois que se antes enfatizávamos - talvez excessivamente - o poder da mídia, hoje vemos o mesmo poder refluir mais decisivamente ao comando, por vezes surpreendente, do verdadeiro soberano: o eleitor.

Quando a imprensa/mídia fazia (e desfazia) presidentes

Nosso principal objetivo teórico quando publicamos *A imprensa faz e desfaz um presidente*, em 1994, era oferecer uma interpretação política independente de teorias conspiratórias do papel da chamada grande imprensa brasileira na ascensão e queda do chamado fenômeno Fernando Collor de Mello. Como se sabe, o crescimento fulminante de Collor na campanha presidencial de 1989, mas acima de tudo a ausência, nesse processo, de qualquer base mais sólida de apoio ao candidato, seja de caráter partidário, seja de ordem social, levaram muitas análises à época a valorizar (ou supervalorizar), como variáveis explicativas, o papel estratégico do marketing eleitoral e a ação de veículos de comunicação de massa.³ De acordo com nossa perspectiva, então, o problema de tal

³ - É verdade que a partir do momento em que Collor começou a despontar nas pesquisas de intenção de voto – por volta de março de 1989 – começaram a afluir para ele apoios junto à sociedade civil organizada – particularmente junto a setores do empresariado que temiam o favoritismo, então, de candidatos de esquerda como Leonel Brizola e Luís Inácio Lula da

deslocamento explicativo – frente a variáveis mais tradicionais de interpretação de processos eleitorais – não estava propriamente na prevalência dada a estes novos fatores. Mas sim no modo simplista e unilateral com que se passou a caracterizar o novo papel da mídia e do marketing nas eleições, no discurso de senso comum. Procuramos então mostrar como o sucesso de tal estratégia adotada pelo vencedor e a autonomia relativa destas novas variáveis dependeram, no caso em questão, de uma série de pré-condições que, por sua vez, não poderiam ser simplesmente atribuídas apenas à eficácia do marketing, muito menos a qualquer ação intencional e onipotente da mídia e seus agentes principais (embora, de fato, o resultado obtido por Collor naquela campanha *sui generis* deva muito de sua originalidade à ação não necessariamente prevista ou controlada de tais fatores).

Com efeito, fizéramos sempre questão de enfatizar naquele trabalho, o peso fundamental das seguintes condições conjunturais específicas: 1) o caráter inédito daquela eleição (“solteira”): a 1ª a ser enfrentada pelos novos partidos e lideranças políticas, após a transição, e depois de quase trinta anos sem eleições presidenciais diretas; 2) as dificuldades de definição das candidaturas dos dois maiores partidos, à época, o PMDB e o PFL;⁴ 3) a dianteira inicial dos candidatos de esquerda nas pesquisas de intenção de voto; 4) e um contexto particularmente tenso de grave crise econômica e desprestígio das instituições democráticas (após as decepções com o primeiro governo da chamada Nova República).

O mais importante, porém, é que todas essas características contextuais favoreceram enormemente a configuração, nos meses que antecederam a campanha propriamente dita, de certa “economia simbólica”, que – em especial após a promulgação da nova Constituição, em outubro de 1988 – equacionava a crise em questão, mas também o seu encaminhamento político, de acordo com um determinado diagnóstico em que: 1) o Estado brasileiro era apresentado como o principal fator (praticamente unilateral) produtor de inflação; 2) que somente sua reforma – no sentido de uma redução de sua interferência econômica e de seu tamanho e custos – poderia reverter o quadro geral de desequilíbrio fiscal; 3) e que para isso era essencial dotar o governo de uma liderança corajosa, comprometida moral e programaticamente com o que se supunha haver de mais avançado

Silva – e, é claro, o de máquinas partidárias importantes (inclusive de partidos então poderosos, como o Partido da Frente Liberal (PFL), em especial, mas também, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), entre outros; e cujos candidatos oficiais foram devidamente “cristianizados”). Mas nada disso é capaz de explicar o impulso inicial da campanha de Collor nas pesquisas, obtido basicamente a partir de programas de propaganda eleitoral gratuita de siglas inexpressivas (cfr. LATTMAN-WELTMAN, Fernando et al. *op.cit.*, 1994).

⁴ - E que, inclusive, acabaram optando pelas candidaturas eleitoralmente inviáveis, de Ulysses Guimarães e Aureliano Chaves, respectivamente.

no receituário internacional disponível – não por acaso, de perfil ideológico neoliberal –, o que, obviamente, inviabilizava qualquer aposta nos discursos e propostas que os principais candidatos à esquerda vinham então preconizando.

Ou seja: Collor se inserira num autêntico vácuo eleitoral, incorporando tanto o discurso da reforma neoliberal quanto o da moralização personalista – e da “caça aos marajás” –, e com isso transformara-se na grande novidade e sensação da campanha.⁵ O mais importante para nós, contudo, era demonstrar como se produzira tal ambiente favorável à aventura “collorida”, a partir da interação de uma série de fatores e investimentos políticos e discursivos diferentes – quando não contraditórios – e independentes das intenções deste ou daquele ator específico, ou entidade supostamente demiúrgica.

Foi com base nessa percepção, portanto, que passamos a incorporar e a enfatizar o papel rigorosamente **institucional** dos meios de comunicação nos processos políticos e eleitorais contemporâneos.

E por mais de uma década – ou mais especificamente, ao longo de outras três eleições presidenciais, 1994, 1998 e 2002 – nossa atenção e ênfase ao papel da mídia não pareceu ser posto em questão (conforme recordaremos melhor adiante).

Mas veio então a chamada crise do “mensalão” e as eleições de 2006. E foi preciso rever com um pouco mais de cuidado os nossos pressupostos e teorias. Pela primeira vez, desde 1989, tornava-se evidente um descompasso entre os investimentos discursivos conjunturais majoritários e prevaletentes na cobertura das eleições e o seu resultado. Quer dizer: este último demonstrava possuir uma autonomia frente à tal variável – a interferência midiática – que ainda não se apresentara com tanta clareza antes.⁶

Para dar conta dessas e outras deficiências de ordem teórica e conceitual – sem, no entanto, negar os *insights* principais de nossos diagnósticos e interpretações passadas – passamos então a descrever como é possível fazer sentido daquilo que acreditamos poder caracterizar como efetiva perda de influência relativa da mídia na democracia, tal como ocorreria hoje no Brasil (e algures).

⁵ - Granjeando também, para si, o apoio das forças e setores que se viram sem alternativa para barrar os candidatos da esquerda.

⁶ - O que permite também conjecturar que: 1) ou mesmo antes disso tal interferência já pode ter perdido importância (mas a simples congruência – não necessariamente causal – entre resultados eleitorais e discurso prevaletente não nos permitiu ver o problema); 2) ou, é claro, desde antes, desde 1989, já havia problemas em nossas teorias e interpretações, e a mídia, a rigor, não teria tido tanta influência assim nos rumos de 1989 (e depois). Como se verá adiante, a teoria que exporemos pretende resolver o desafio posto pela 2ª hipótese (sem, contudo, descartar inteiramente a 1ª).

Pressuponho então que: 1) duas principais variáveis independentes: a estabilidade e inteligibilidade do sistema político (partidário) (EP), e a despolarização do sistema político (DP), afetam duas outras, dependentes (mas também intervenientes): a margem de risco contingentemente associada a opções políticas (MR) e a fixação/intensidade das preferências (Pr) dos indivíduos; 2) Por sua vez, Pr e MR afetam a variável mais dependente (mas focal) que é a utilidade atribuída à informação (UI); 3) Finalmente, UI define os graus de influência midiática (IM) a que estaria sujeito o demandante por informações políticas.

Assim, quando falo sobre EP quero me referir à estabilidade e à inteligibilidade de um sistema político: esta estabilidade se caracteriza basicamente pela manutenção das regras principais do jogo.

Quanto a DP, trata-se de uma variável contextual, relacionada com as muitas maneiras pelas quais um sistema político torna-se mais ou menos polarizado politicamente. Esta polarização pode se dar em torno de *issues* e programas políticos, em torno de ideologias (mais ou menos sistemáticas), e em torno de grupos, líderes, séquitos e facções. Também pode evoluir no sentido de um contexto radicalizado, ou mesmo proto-insurrecional, até a própria guerra civil.

Por sua vez, preferência (Pr) tem aqui o mesmo sentido comum que a palavra carrega geralmente em qualquer descrição do comportamento político ou econômico de um indivíduo: atitudes contingentes dos indivíduos frente a qualquer objeto, material ou ideal, que pode levar a uma escolha, decisão ou manifestação, de modo perfeitamente auto-reconhecido por essa pessoa.⁸ Isto é: qualquer atitude, positiva, negativa ou neutra, em

⁷ - As próximas duas seções apresentam nova versão resumida de argumentos apresentados em LATTMAN-WELTMAN, Fernando, "Informação, Preferências e Engajamento: Desventuras da Influência Política Midiática no Brasil Democrático", *paper* apresentado ao 37º Encontro Anual da Anpocs, em Águas de Lindóia, 2013.

⁸ - "Para descrever preferências, nós temos de nos dar conta, primeiro, de que elas são distintas das escolhas. Preferências descrevem o quanto valorizamos ou desejamos coisas. Escolhas são aquilo que selecionamos. Nossas preferências guiam nossas escolhas, e nossas escolhas revelam (parcialmente) nossas preferências" (PAGE, S., 2007, p.241). Assim, minha preferência por uma noção como a de "preferências", ao invés de outras similares, ou por conceitos próximos, como, por exemplo, "posições", é devida à intenção de enfatizar o caráter genérico do processo básico de escolher e de decidir, e, portanto, de intencionalmente aproximar o fenômeno das opções políticas de quaisquer outras instâncias de escolha. É claro que eu poderia ter me utilizado da noção de "posições" ao invés da de "preferências" (tal como FIORINA, M. et al (2011) a utiliza para enfatizar a diferença entre "posições" e "escolhas"). Não o fiz porque compreendo que "posição" tende a significar uma postura mais definida frente a qualquer assunto, – tal como às vezes se espera que os entrevistados de pesquisas de opinião se manifestem sobre temas polêmicos (e cuja

relação a qualquer sujeito, objeto ou ideia definidos, que, mesmo se relativamente contingente e instável, não deixa de ser claramente autoconsciente para o indivíduo e facilmente atribuível a ele.

Já a margem de risco contingentemente associada a opções políticas (MR) refere-se à importância atribuída pelo indivíduo a qualquer decisão que ele precise fazer em termos dos riscos que atribui à possibilidade de fazer a escolha errada neste caso. A margem de risco varia de acordo com a situação específica de contexto de tomada de decisões; à medida que esta situação apresenta-se como grave – e, é claro, razoavelmente dependente para a sua resolução ou agravamento das escolhas feitas pelos nossos indivíduos⁹ – maior o risco atribuído contingentemente a uma decisão possivelmente errada. Por outro lado, se a situação parece ser comum, ou não ter consequências relevantes quaisquer que sejam as escolhas a serem feitas pelo indivíduo, MR será menor.

A variável mais dependente, porém mais importante para nós aqui, é, naturalmente, UI, a saber, a utilidade contingentemente atribuída à informação. Em contextos comuns, não dramáticos e bastante previsíveis, não há grandes incentivos para fazer a aquisição de (nova) informação valer os custos da sua obtenção - custos monetários, mas principalmente em termos de tempo gasto em procura, verificação e absorção. Ao contrário, quando a incerteza e os riscos aumentam, a utilidade da informação deve também aumentar e os custos para obtê-la recuar, relativamente. Conforme aumenta ou diminui a UI para um dado indivíduo, aumenta ou diminui proporcionalmente também a influência midiática (IM) a que ele se encontra tipicamente sujeito (uma vez que os meios de comunicação são os principais fornecedores de informação subsidiada para esse indivíduo).

Como cada variável opera e se relaciona com as demais?

EP significa que existe uma relação importante entre a forma como um sistema político democrático se estabiliza e torna-se mais inteligível para os seus cidadãos, e como se dá, principalmente, a fixação relativa das identidades políticas e preferências (PrFx) destes. À medida que um sistema e suas regras básicas e rotinas são reiteradas, com alterações insignificantes, e suas forças políticas são cada vez mais conhecidas do público, principalmente através de seu sistema de partidos, seus líderes, e por meio de plataformas

diferença frente ao conceito de “escolha” é central para o convincente argumento de Fiorina contra a suposta efetividade da existência hoje de uma autêntica “guerra cultural” na América). Enquanto que “preferências” pode se referir muito mais a inclinações e a predisposições não necessária e consistentemente definidas – embora possivelmente fortes – dos indivíduos, as quais usualmente os conduzem a escolher esta ou aquela alternativa (seja na política ou em qualquer outra circunstância).

⁹ - O que inclui como uma importante variável o sabidamente problemático valor instrumental que se atribui ao voto individual em democracias modernas e de grandes contingentes eleitorais (GROFMAN, B. 1993).

e compromissos assumidos em cada eleição ou luta para votar políticas e legislação – mas também na interação cotidiana entre esses atores políticos e todas as forças principais, movimentos e instituições da sociedade –, torna-se mais fácil para o cidadão médio que experimentou essa trajetória desenvolver e ajustar sua própria identidade, seu lugar próprio no espectro ideológico, seus compromissos com determinados programas e com a história de determinados partidos, e por último, mas não menos importante, estabilizar uma certa hierarquia de preferências que costumam guiá-lo nas escolhas políticas que se colocam à cada oportunidade. Sendo assim, acredito que não só o aumento de EP tenderia a aumentar PrFx, mas que a estabilidade e a inteligibilidade do sistema político fomentado desta forma são os fatores mais importantes e independentes para influenciar a fixação relativa das preferências individuais. Para enfatizar a importância global da relação, eu diria então que, se $EP = x$, então $PrFx = 2x$.

Em sentido inverso, porém, podemos dizer que a relação entre a despolarização política (DP) e as intensidades das preferências (PrIn) é, genericamente, sempre negativa: se $DP = y$, então $PrIn = -y$. Ou seja: em um contexto despolarizado indivíduos podem, naturalmente, desenvolver suas próprias preferências ou hierarquias de preferência fixas e/ou relativamente intensas, mas isso dificilmente terá algum significado político real, se não houver real interesse por parte de empreendedores políticos em explorar tal fato. Desse modo, tomo como uma premissa do modelo que a forma com que a polarização política afeta as preferências da grande maioria dos cidadãos é fortemente dependente de iniciativas de empreendedorismo político; quer dizer: quase nunca é automática ou espontânea para o eleitor médio, mas sim dependente de alguma mediação, da interpelação de algum ator partidário. Não só os candidatos, os partidos, agentes públicos, grupos de interesse, ideólogos e líderes sociais, mas também, é claro, dos meios de comunicação (mais ou menos parciais). Assim, presumo que especialmente a intensidade das preferências de um indivíduo irá evoluir no sentido oposto de DP e vice-versa: uma vez que aumente a polarização – e DP tornando-se negativa – as preferências dadas, mas agora politicamente mobilizadas, tenderão a ser sentidas de uma forma mais intensa. Por outro lado, se a polarização recua, as preferências políticas dos indivíduos não serão normalmente mais estimuladas e intensificadas.

A outra variável dependente importante do nosso modelo que evoluirá como uma resposta às mudanças de EP e de DP é a margem de risco contingentemente associada a opções políticas (MR). Se a relação entre EP e PrFx é de tal modo positiva, não podemos dizer o mesmo da forma como EP afeta MR. Na verdade, cada aumento em EP levaria a uma diminuição da MR. Se, numa situação diferente, EP permanece positiva, mas DP torna-se negativa – ou seja: mais polarizada –, então MR pode tornar-se mais evidente e

preocupante, dependendo das características específicas do processo de polarização. Quaisquer que sejam as especificidades deste último, o fator importante a contribuir para o aumento das margens de risco associadas às decisões dos indivíduos é sempre, em primeiro lugar, o aumento genérico da incerteza, e, segundo, alguma espécie de certeza muito específica – provocada por um processo de polarização – de que os custos de uma eventual derrota política conjuntural tornam-se mais difíceis de suportar.

Temos agora, portanto, um esboço de como a estabilidade política e a despolarização política afetam a fixação e intensidade das preferências dos cidadãos típicos, bem como as margens de risco associadas a suas escolhas políticas. Podemos ver agora como as variáveis dependentes afetam a utilidade que atribuímos à informação:

Assumo então que Pr , por si só, tende a manter uma relação de proporcionalidade negativa com a utilidade da informação (UI): se as preferências são fixas e intensamente sentidas, menos valiosa tenderá a ser considerada a informação nova. Isto se dá por causa de uma certa inércia, segundo a qual, na ausência de grandes razões contextuais para se sentir inseguro e rever preferências, ou hierarquias de preferências, toda a nova informação tende a ser descartada ou absorvida de acordo, por assim dizer, com coordenadas-padrão, prévia e rotineiramente estabelecidas para cada indivíduo. Se isso acontece com novas informações gratuitas, será ainda menos provável que em tais circunstâncias um típico cidadão comum e racional gaste qualquer recurso relativamente escasso para adquirir qualquer informação cujo custo seja intransferível. Se as preferências são fixas, mas menos intensas, pode ser mais fácil encontrar indivíduos mais propensos a se abrir aos fluxos de informação novos e gratuitos. Mas, ainda assim não haveria grandes incentivos para rever preferências. Assim, podemos tomar como regra genérica a ideia de que sempre que um sistema político é rotinizado, a informação política nova torna-se praticamente irrelevante para o cidadão médio. Pode-se dizer que, quando $Pr = z$, então $UI = -z$.

Mas a variável mais premente no poder de interferir na utilidade atribuída à informação é, de longe, o que chamei de margem de risco associada à escolhas e decisões políticas (MR). Isto é tão importante que pressuponho que sempre que $MR = w$, então $UI = 2w$. Assim, se a margem de risco tende a crescer cada vez que rotinas são quebradas, ou à cada aumento de polarização, ou ainda mais dramaticamente quando ambos os processos ocorrem simultaneamente, então haverá um aumento acentuado na procura de informação, e um aumento do valor atribuído à informação.

O importante a se ter em mente é o fato de que a informação política não terá intrinsecamente nenhum valor ou utilidade imutáveis ou universais, independentemente da demanda, ou dito de outro modo, da utilidade geral atribuída à informação pelos indivíduos

(UI). Ora, como vimos, essa UI dependerá essencialmente, e em última instância, de amplos ambientes institucionais e do contexto político específico.

Mas isso também significa que as instituições com poder global ou capacidade de controlar os fluxos de informação mais importantes de uma sociedade – como veículos de comunicação de massa – certamente serão, provavelmente, por si só bastante poderosas e influentes, mas não necessariamente tão influentes e decisivas como por vezes se supõe (ou as acusam) de ser.

A sua capacidade de influenciar e orientar de forma independente resultados políticos contextuais irá variar de acordo com a utilidade atribuída à informação por parte dos cidadãos comuns, o que, em nosso modelo, depende (1) se as preferências entre esses cidadãos são menos fixas, porém mais intensas, (2) se as margens de risco são consideradas relativamente elevadas, o que, naturalmente, depende do quanto a configuração global política é mais ou menos contextualmente (3) estabilizada e (4) polarizada.

Se tivéssemos que definir esta capacidade de influência dos meios de comunicação como IM, então poderíamos dizer que, quando UI varia, IM tende a variar na mesma direção. No entanto, esta relação entre UI e IM não será, naturalmente, exatamente proporcional, devido a uma série de razões: 1) veículos de comunicação de massa não são os únicos, nem necessariamente os mais confiáveis provedores de informação política, embora, por vezes, parece que eles são quase onipresentes e incontornáveis, em especial quando o seu consumo se torna um hábito (ou vício). As pessoas adquirem informações de muitas outras fontes que podem não ser tão poderosas e/ou abrangentes como os atuais meios de comunicação de massa, mas que podem ser consideradas muito mais confiáveis, tal como a informação trazida por outras pessoas cuja opinião importa para as primeiras, seja por razões de prestígio social, conhecimento (presumido), integridade, etc.; 2) o uso comum do rótulo genérico "mídia" tende a amalgamar ou homogeneizar o que normalmente é – especialmente em ambientes politicamente mais pluralistas – uma realidade composta, fragmentada, polissêmica e contraditória, envolvendo muitas mídias e veículos diferentes: jornais, revistas, estações de rádio, múltiplos canais de televisão, abertos ou pagos, sites inumeráveis, redes sociais; 3) mesmo o mais profissional veículo de massas não pode controlar completamente suas próprias emissões e menos ainda a recepção das mesmas. O segundo problema (recepção) é devido à natureza polissêmica da realidade sociocultural e à irredutibilidade do indivíduo, mas o primeiro (relativo ao controle das emissões) também é considerável porque veículos de comunicação de massa mais clássicos – e ainda influentes –, como jornais diários e redes de televisão, têm todos os dias de lidar com um material de informação muito grande e muito pouco tempo para processá-lo em escala industrial. Assim,

mesmo que em função de configurações políticas mais dramáticas, trazidas pelas principais variáveis de nosso modelo, a utilidade das informações cresça a ponto de tornar-se crucial para o cidadão típico comum, isso não implica necessariamente que a capacidade de influência da mídia possa ser considerada tão eficiente quanto os emissores poderiam desejar (ou seus detratores os acusam de ser).

O relacionamento habitual entre a utilidade da informação e influência da mídia pode, pois, ser aproximadamente escrito na seguinte (e precária) forma: se $UI = v$, então $IM = v/2$.

Apliquemos então nosso modelo a um contexto histórico concreto, no sentido de testar a possibilidade de se obter uma compreensão mais sofisticada dos modos como a mídia pode ganhar ou perder poder de influência sobre diferentes grupos de consumidores da informação.

O que mudou em 25 anos de democracia?

Antes de prosseguir, é preciso advertir ao leitor de que se por um lado consideramos razoavelmente acurada (mesmo que sintética) a nossa análise histórica do período em questão – em função da operacionalização das variáveis de nosso modelo – por outro lado, a formalização matemática do mesmo (e obviamente os resultados consequentes) têm pretensão meramente ilustrativa e, por assim dizer, demonstrativa apenas da consistência lógica do exercício.¹⁰

Para aplicar o nosso modelo ao período das eleições presidenciais brasileiras pós-Regime Militar, teríamos então de, em primeiro lugar, estabelecer o desempenho, à cada ano eleitoral, das nossas variáveis independentes: estabilidade política (EP) e despolarização política (DP).

Conforme explicitamos acima, a noção de estabilidade política que utilizamos se refere somente à manutenção das regras do jogo político e eleitoral, em suas linhas gerais. À medida que essas regras são reiteradas e novas eleições se realizam, sem grandes alterações – inclusive no que diz respeito ao sistema de partidos –, pressupomos, portanto, que se amplia entre os participantes do jogo o conhecimento prático e estratégico referente. Ou seja: não somente os atores tendem a aprender mais facilmente como se joga, o que se

¹⁰ - Não obstante, por força justamente de nossa aposta nessa consistência lógica, embora não possamos (talvez, por enquanto) comprovar empiricamente – nem muito menos temos a pretensão de prová-lo matematicamente com o modelo –, apostamos na pertinência empírica do diagnóstico a seguir e, mais ainda: acreditamos no potencial do modelo (e sua teoria) para explicar e até mesmo prever outros processos históricos semelhantes.

pode e não se pode fazer, mas também quais são as principais opções – individuais e coletivas – e quais estratégias seguir no sentido de maximizar a utilidade de seu voto (seja qual for o conteúdo específico de tal utilidade); quer dizer, quais as melhores formas de “ganhar”, ou, pelo menos, de não se perder muito (dadas as alternativas específicas à cada eleição). Assim, supomos um índice linear de evolução de EP, à cada reiteração do mesmo jogo, com as mesmas regras e participantes estratégicos: -1, no 1º jogo, -0,5 no segundo, e assim por diante. A partir de um determinado ponto (que mais ou menos arbitrariamente definimos como ocorrendo na quinta reiteração consecutiva do jogo), a probabilidade de se apreender algo de novo, em termos estratégicos, torna-se praticamente irrelevante e o índice se estabiliza em seu ponto positivo máximo (desde que, é claro, as regras sigam inalteradas). Se, ao contrário, há uma nova mudança significativa de regras, ou na estrutura da oferta de candidaturas e opções de *policies*, a contagem volta à estaca zero (ou de um índice EP da ordem de -1). Ou seja: o que se mensura aqui é simplesmente o grau relativo de incerteza com relação ao jogo político (eleitoral), devido única e exclusivamente à manutenção ou não das regras institucionais e seus principais atores.

A outra variável independente, como vimos, é a despolarização política (DP). Ao contrário da anterior, esta é uma variável eminentemente conjuntural, podendo haver evoluções até certo ponto dramáticas de um momento para o outro (no nosso caso, de uma eleição para outra). Nesse sentido, elaboramos uma tipologia de formas de polarização política que obviamente se refere a processos que, além de típico-ideais, podem apresentar uma evolução linear – da menor para a maior intensidade, e vice-versa –, e que, inclusive, podem mesmo configurar índices prováveis de tendências, mas que não necessariamente têm de se suceder no tempo de algum modo ou padrão recorrente. Ou seja: ao contrário do que sucede com a estabilidade política, aqui o fator tempo não tem, por si só, o mesmo peso relativo e comparativamente uniformizante.¹¹ Assim, de acordo com nossa tipologia, um contexto político particular pode evoluir desde uma situação de polarização em torno de issues, policies e programas específicos – o que seria o nível mais elevado e corriqueiro de despolarização de qualquer regime político razoavelmente plural e competitivo (DP=1) –, passando por uma polarização de caráter mais ideológico: em que os mesmos *issues* específicos já assumiriam uma feição e uma vinculação (supostamente) mais consistentes em termos ideológicos, permitindo, inclusive, sua associação com outros temas, de um modo que não ocorreria no nível anterior; nesse caso, DP=0,5. A partir daí, se poderia pensar em contextos onde a polarização (mais ou menos ideologizada) já assumiria um

¹¹ - Outros fatores – que não exploraremos aqui – como, por exemplo, a evolução de contextos socioeconômicos, ou a ação de lideranças políticas e ideológicas, podem desempenhar papel central.

caráter faccioso e concreto mais conspícuo, associando-se a agenda a disputas personalizadas entre líderes, seus séquitos e bases (DP=0). Com a elevação da temperatura política, poderíamos pensar agora já num contexto mais radicalizado e até mesmo proto-insurrecional, onde tais grupos, facções ou partidos, concretamente identificados na arena, se polarizam, conspiram e se ameaçam (DP= -0,5).¹² Finalmente, pode-se chegar às “vias de fato”, com a polarização não permitindo mais qualquer posição de neutralidade, com a radicalização explodindo em insurreições e, no limite, a guerra civil (DP= -1).

Ora, se aplicássemos essas categorias aos seis contextos eleitorais pós-Regime Militar, creio que teríamos os seguintes resultados:

1) 1989: sendo esta a primeira eleição presidencial em quase trinta anos, não há dúvidas de que a estabilidade política seria então a mais baixa possível (EP= -1); quanto à despolarização política, creio que se pode dizer que assistimos naquele ano a uma disputa eleitoral claramente ideologizada (DP=0,5). Dado o contexto de grave crise econômica por que passava o país, as eleições se decidiram no segundo turno, entre candidatos que mais do que se contrapor em termos de propostas concretas – mas também não em termos de séquitos personalizados consistentemente – representavam, não obstante, duas grandes alternativas de enfrentamento da crise: de um lado, certo neoliberalismo de ocasião, de outro um estatismo mais voluntarista do que propriamente consequente;¹³

2) 1994: embora aqui estivéssemos diante de uma eleição geral – e não solteira, como em 1989 – a inexistência de grandes alterações nas regras da disputa presidencial e a presença basicamente das mesmas agremiações partidárias, em todo o espectro ideológico tradicional, caracterizaram uma importante continuidade institucional (EP= -0,5); já no que diz respeito ao índice de DP, creio que dessa vez a eleição perdeu muito de seu caráter ideologizado em função da predominância na agenda de um único tema ou divisor de águas mais concreto e específico: a favor ou contra o Plano Real; logo, DP=1;

3) 1998: nesta eleição estivemos novamente diante de uma inovação institucional significativa, no caso, a possibilidade de reeleição do chefe do Poder Executivo (pela primeira vez, na República); mas creio que essa importante mudança não se refletiu em grandes alterações de caráter estratégico para o eleitor (dada a continuidade dos fatores principais já mencionados); por isso, creio que a estabilidade política avançou, tal como a

¹² - E onde, conforme a teoria poliárquica dahlsiana, os custos de tolerância entre adversários políticos equilibram-se ou mesmo começam a suplantam os custos de supressão (DAHL, R. A. 1997).

¹³ - E ambos unificados numa rejeição moralista aos partidos mais tradicionais da chamada Transição Democrática (Cfr. LATTMAN-WELTMAN, F. et al (1994)).

caracterizamos aqui ($EP=0$); de modo similar ao último pleito, creio que a despolarização política manteve-se nos mesmos quadros da eleição anterior, em torno da manutenção do Plano Real ($DP=1$);

4) 2002: mesmo sendo esta a eleição que talvez marque a mais importante alternância regulamentar e pacífica de poder em toda a História Republicana Brasileira,¹⁴ com a chegada de um grande partido de massas – e de esquerda – ao Governo Central, a estabilidade política manteve sua tendência crescente inalterada: $EP=0,5$; e talvez não por acaso, também a despolarização política manteve seu estilo, tal como desde 1994: em torno de *issues* e programas, e não em torno de ideologias ou (ainda) séquitos ($DP=1$);¹⁵

5) 2006: a estabilidade política atingiu aqui seu ponto mais alto, nos limites do modelo, dada a manutenção das coordenadas eleitorais principais (e, portanto, $EP=1$); mas a despolarização modificou-se substancialmente: com a crise do “mensalão”, no ano anterior, o contexto assumiu – e pela primeira vez, desde a democratização – uma feição clara de polarização personalizada, em torno e em oposição a Lula e a seu partido; logo, $DP=0$)

6) 2010: e assim, no que diz respeito à evolução de nossas variáveis independentes, chegamos à última eleição do período, com a nova vitória do PT, agora com Dilma Rousseff, e com os mesmos indicadores do pleito anterior: $EP=1$ e $DP=0$; já que além de assistirmos a mais uma eleição dentro dos mesmos parâmetros anteriores, manteve-se também a mesma polarização de cunho personalista.

De posse desses indicadores podemos então “deduzir”, conforme nosso modelo, os efeitos de EP e DP sobre as preferências, as margens de risco, as utilidades atribuídas à informação e, conseqüentemente, as influências midiáticas típicas para a grande maioria dos eleitores, conforme a Tabela 1, abaixo:

¹⁴ - Se não, simplesmente, em toda a nossa História.

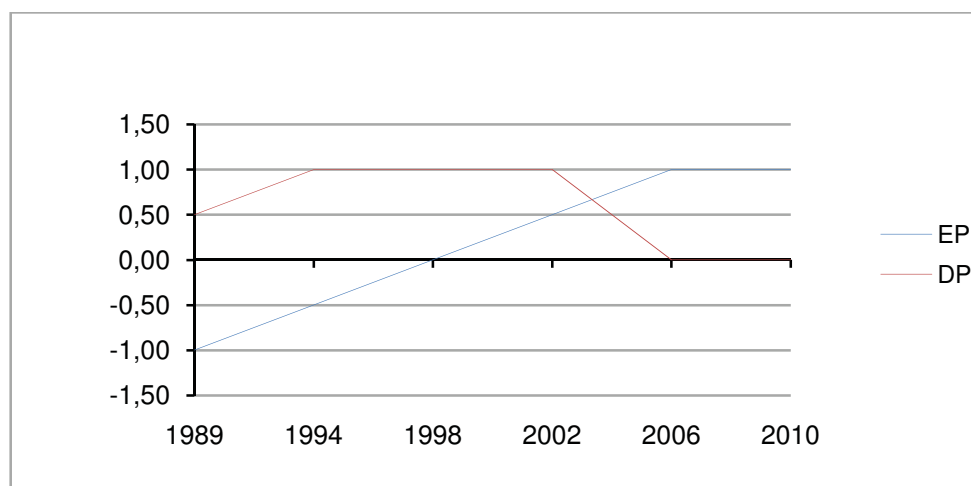
¹⁵ - Dessa vez, porém, não mais o Plano Real – já devidamente incorporado por todos os principais partidos – mas sim a retomada do crescimento econômico e o combate ao desemprego. E de um modo ainda mais vago e impreciso, ou tão vago e impreciso, quanto o dos receituários para fora da crise em 1989. A rigor, creio que se pode dizer que 2002 se deu essencialmente em torno de apostas sobre quem teria melhores chances de aprimorar a economia e fazer a estabilidade do Real alavancar também o crescimento. Como se dizia na época, sobre quem poderia melhor encarnar as esperanças de melhores dias. Nesse sentido, não creio que tenhamos visto em todo o período uma eleição presidencial menos polarizada do que esta.

Tabela 1: Aplicação do Modelo a Cidadãos Comuns nas Eleições Presidenciais de 1989 a 2010:

Anos:	EP	DP	Pr	MR	UI	IM
1989	-1,00	0,50	-2,50	0,50	3,00	1,50
1994	-0,50	1,00	-2,00	-0,50	1,50	0,75
1998	0,00	1,00	-1,00	-1,00	0,00	0,00
2002	0,50	1,00	0,00	-1,50	-1,50	-0,75
2006	1,00	0,00	2,00	-1,00	-3,00	-1,50
2010	1,00	0,00	2,00	-1,00	-3,00	-1,50

Como podemos observar, a primeira evolução digna de nota é a quase inversão que se deu entre nossas variáveis independentes ao longo do período: enquanto que a estabilidade política (EP) avançou sempre linearmente (até o ápice em 2006, e mantendo-se aí) – bastando, para isso, a manutenção dos parâmetros básicos do jogo eleitoral no atual sistema partidário brasileiro – a despolarização política (DP) teve comportamento muito diverso e, de certo modo, oposto. Como se pode visualizar melhor abaixo (Gráfico 1), a polarização relativamente ideologizada da primeira eleição presidencial pós-Ditadura foi em seguida superada por um enfrentamento mais especificado em torno do Plano Real que se manteria por mais de uma década, até que a polarização política nacional assumisse novos contornos nas duas últimas disputas.

Gráfico 1: Evolução de EP e DP nas Eleições Presidenciais de 1989 a 2010



Como isso teria se refletido na fixação e na intensidade das preferências, e nas margens de risco da maioria dos eleitores, tal como propõe nosso modelo?

Como sugerimos acima, a estabilidade política e os níveis de despolarização política interferem diferentemente sobre esse segundo grupo de variáveis dependentes, mas também intervenientes. Para os chamados eleitores comuns, nosso modelo prevê que a EP exercerá uma grande influência direta sobre a fixação das preferências (Se $EP=x$, $PrFx=2x$), enquanto que a despolarização política terá efeito inverso sobre a intensidade dessas mesmas preferências (Se $DP=y$, $PrIn=-y$). Ou seja: pressupomos que à medida que as regras políticas são reiteradas e praticadas este cidadão comum tenderia a consolidar as suas preferências políticas (seja em termos de políticas, seja em termos de lideranças e/ou siglas partidárias, etc.).¹⁶ Por outro lado, quanto mais intensa a polarização política, mais intensificadas tendem a ser também as preferências adquiridas por este mesmo cidadão. Dado que este, por definição, tende a envolver-se de modo menos frequente e intenso na vida política – fazendo-o típica e idealmente somente nas eleições periódicas e nas consultas populares formais eventuais – EP exerceria sobre suas preferências um peso ponderadamente mais decisivo do que DP. Assim, de maneira geral, propomos que para este cidadão $Pr=(EP^2)+(DP(-1))$. Conforme se pode observar na Tabela 1, acima, ao longo do período em questão, as preferências deste cidadão comum hipotético teriam evoluído positivamente: de -2,5 em 1989 para 2 nas últimas duas eleições. Essa tendência sempre positiva seria função, portanto, de EP (que também evolui no mesmo sentido). Mas sua aceleração relativa entre 2002 e 2006, se daria justamente por conta do impacto de uma DP decrescente sobre as intensidades das suas preferências adquiridas e fixadas (por EP, em especial), conforme se pode observar abaixo, no Gráfico 2. Como propusemos acima, essa polarização relativa se deu, no período em questão, por força da crise do “mensalão”.

A outra variável dependente, porém interveniente de nosso modelo é a margem de risco associada a escolhas do indivíduo. Conforme o Gráfico 2, observamos que, de acordo com o modelo, a MR teria apresentado inicialmente uma tendência sempre decrescente, assumido seu ponto mais baixo em 2002, de onde voltou a apresentar ligeiro crescimento (por conta da conjuntura específica já relatada), e estabilizando-se nesse patamar na última

¹⁶ - Mais uma vez, é preciso deixar claro que quando falamos em fixação e intensidade de preferências não pretendemos com isso fazer referência a atitudes e posições políticas mais ou menos claras e auto-descritivas tais como aquelas que tipicamente se procura identificar em muitos *surveys* e enquetes. Concordamos com toda uma linha de investigação sobre opinião pública e pesquisas de opinião que enfatizam a efetiva pequena consistência de tais posições independentemente das pesquisas que as formulam. Ver ZALLER (1993), e STIMSON (2004).

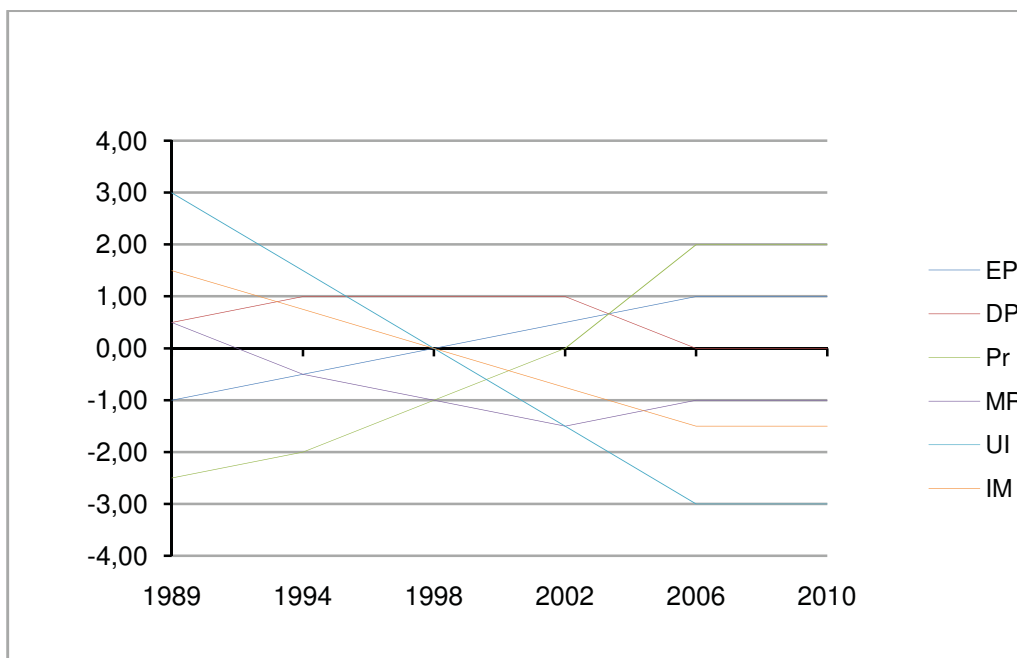
eleição. Isto se dá porque MR evolui de modo inversamente proporcional em função de EP e DP: quanto mais positivas as segundas, mais negativa a primeira (e vice-versa).

Dadas estas evoluções específicas de cada uma dessas variáveis, a evolução consequente da variável-chave – porém dependente – de nosso modelo confirma a nossa hipótese: como se pode observar no Gráfico 2, abaixo – e de acordo com os dados da Tabela 1, acima – há uma tendência ininterrupta, mas apenas estabilizada, de queda da influência midiática relativa (IM) junto aos cidadãos comuns ao longo do período .

Ou seja: a partir da crise do “mensalão” (2005), o peso da variável-chave (IM) se vê muito fortemente influenciado pela estabilidade política (EP) geral – que, como vimos, tem um peso preponderante sobre suas preferências (Pr) e margens de risco (MR) (como podemos observar abaixo, no Gráfico 2).

Assim, tendo por base a metáfora espacial exposta no Gráfico 2, se poderia dizer que as preferências e margens de risco – e consequentemente a utilidade da informação e a consequente influência midiática – a que tendem a estar sujeitos os cidadãos comuns teria evoluído no nosso período **em torno** das tendências e oscilações da estabilidade política e dos graus de polarização política do sistema político mais amplo

Gráfico 2: Evolução de todas as variáveis para cidadãos comuns (Avg)



É importante destacar, portanto, como, ao contrário de certo senso comum predominante, o impacto das variações de DP sobre as Prs e MRs dos cidadãos comuns

pode ser muitas vezes superestimado. Consequentemente, isto pode levar também a uma igual superestimação da utilidade que esses atribuiriam à informação política. E daí observaríamos o mesmo equívoco em relação à real influência política midiática sobre eles. Para esta grande maioria de indivíduos – e eleitores –, muitas das formas que a polarização política assume podem ser simplesmente, ou quase, irrelevantes: *issues* e *policies* podem não lhes dizer respeito diretamente – ou possuir uma conexão muito tênue ou pouco óbvia com sua realidade imediata, assim como suas eventuais interações, interdependências e sentidos ideológicos – tão evidentes para os chamados militantes¹⁷ – podem lhes escapar, ou simplesmente não fazer sentido algum. Polarizações facciosas ou partidárias, que podem ser tão decisivas para a identidade militante, podem, ao mesmo tempo, não mobilizar o cidadão comum em prol de nenhum dos grupos em disputa. E mesmo num contexto de polarização radical, em que não reste alternativa a este cidadão comum que não a escolha de um dos lados, esta pode ser para ele uma imposição totalmente externa, involuntária e não definitiva (de pouca duração, inclusive, se o conflito radical não perdurar).

A título de conclusão

De acordo com nosso modelo e teoria, portanto, o que explica a relativa perda de influência política-eleitoral dos principais meios de comunicação brasileiros, no período 1989-2010 – meios cada vez mais parciais e partidários, e engajados contra as coalizões predominantes e eleitoralmente mais vitoriosas na atual conjuntura política nacional – é, principalmente, a estabilização do sistema político brasileiro contemporâneo. E apesar de toda a nova e relativa radicalização personalista e facciosa ocorrida no país, desde 2005.

Para dar conta, pois, do atual estado aparentemente paradoxal de coisas – em que, suspeitamos, “nunca antes neste país” parece se ter feito, como diria o velho bardo, “tanto barulho por nada” – é preciso aceitar, em primeiro lugar, o fato de que se o poder de influência da mídia é real – e, de modo geral, continuamos acreditando nisso – por outro lado há que se tentar dar conta com mais cuidado e precisão das variáveis que podem não somente circunscrever esse impacto a setores e a públicos consumidores específicos. Mas também – e isso pode ser ainda mais decisivo – a contextos políticos e institucionais específicos e independentes.

¹⁷ - Explorei essa distinção fundamental entre “cidadãos comuns” e “militantes” – ou seja: qualquer indivíduo que ultrapassa determinado patamar de interesse na política que o leva a despendar comparativamente mais recursos (em especial, tempo e dinheiro) na aquisição de informação política – no mencionado *paper* apresentado à Anpocs, em 2013.

Por outro lado, uma das grandes vantagens da adoção, como aqui proposto, de um foco sobre a demanda e não sobre a oferta de informações – como foi nossa opção metodológica original (e segue sendo a tendência predominante dos estudos da área) –, parece se localizar no sentido da superação dos principais vícios e aporias da rica tradição de estudos de influência política midiática. Em especial no que diz respeito às suas armadilhas excessivamente normativas usuais. Ou seja: ao invés de criticarmos a oferta efetiva de conteúdo informativo – mesmo o mais evidentemente parcial e desdenhoso dos cânones da deontologia jornalística prevalecente, e seu compromisso com a objetividade – com base em padrões normativos ideais de difícil operacionalização, passamos a nos ater “somente” às condições gerais que interferem sobre a demanda. E dando conta, desse modo, das ampliações ou reduções conjunturais do poder de influência consequente da mídia na política, a despeito e – o que ainda é metodologicamente mais interessante – independentemente de seus inúmeros e diversos conteúdos concretos.

Bibliografia:

- DAHL, Robert A. (1997) *Poliarquia: participação e oposição*, Edusp, São Paulo.
- FIORINA, M.P., ABRAMS, S.J. & POPE, J.C (2011). *Culture war? The myth of a polarized America*. Longman, New York.
- GROFMAN, Bernard (ed.) (1993). *Information, participation and choice*, University of Michigan Press, Ann Arbor.
- LATTMAN- WELTMAN, F., Carneiro, J.A.D. & Ramos, P.A. (1994), *A imprensa faz e desfaz um presidente*, Nova Fronteira, Rio de Janeiro.
- LATTMAN- WELTMAN, Fernando (2013), “Informação, Preferências e Engajamento: Desventuras da Influência Política Midiática no Brasil Democrático”, *paper* apresentado ao 37º Encontro Anual da Anpocs, em Águas de Lindóia.
- PAGE, Scott E. (2007). *The difference*, Princeton University Press, Princeton.
- STIMSON, James A. (2004). *Tides of consent: how public opinion shapes American politics*, Cambridge University Press, Cambridge.
- ZALLER, John R (1993). *The nature and origins of mass opinion*, Cambridge University Press: New York.